

O ESTADO EM XEQUE-MATE?

Giancarla Brunetto

Resumo

Este artigo apresenta um panorama jornalístico-filosófico da situação dos Direitos Humanos nesta primeira década do milênio no Brasil. A autora é produtora cultural da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apresentadora do programa Liga dos Direitos Humanos da Rádio da Universidade e Coordenadora do Projeto Itinerante de Capacitação para Defensores e Defensoras de Direitos da mesma universidade. Dessa experiência profissional, desenvolve uma reflexão contextualizada sobre Direitos Humanos a partir de eventos marcantes da mídia e do cinema que, de modo peculiar à cultura brasileira, afetam as políticas públicas necessárias às garantias e proteções aos Direitos Humanos. Por outro lado, a compreensão sobre esta inserção cultural específica exige a articulação de uma análise filosófica e política mais abrangente e globalizada, especialmente, em relação ao papel do Estado.

Palavras-chave

Tropa de Elite, Complexo do Alemão, Estado e Direitos Humanos, Anomia e Direitos Humanos.

Abstract

This paper presents a journalistic and philosophical perspective of human rights situation in this first decade of millennium in Brazil. The author is a cultural producer of Education College of Federal University of Rio Grande do Sul, presenter of the radio program named Human Rights League and coordinator of the Itinerant project for Rights Defenders in the same university. From



this professional experience, a contextualized reflection on Human Rights based on the events of the media and cinema, so peculiar to the Brazilian culture, that affects public policy necessary to guarantees and safeguards of human rights. On the other hand, the understanding on this specific cultural insertion requires the articulation of a philosophical analysis and broader and globalized policy especially regarding the role of the state.

Key words

Elite Squad, Complexo do Alemão, State and Human Rights, Anomie and Human Rights.

1 INTRODUÇÃO

Nenhum escrito é desenvolvido fora de um contexto, assim como nenhum pensamento é desvinculado de um corpo. Ainda assim, os escritos transcendem os tempos históricos, e os pensamentos extravasam para muito além da matéria, deixam um rastro de ideais, de convicções, de ebulições que não raro terminam por fazer a diferença no tempo e no espaço. Assim, evolui o homem, assim evolui a história humana. Além da natureza, cultura. E na cultura, civilização ou barbárie?

Do ponto de vista dos direitos humanos, onde há o eu, e há o outro, há sempre uma relação possível de diálogo e passível de conflito. Essa relação, dialógica ou não, existe desde que existe o ser humano. Entendendo-se por ser humano não o humano pronto, constituído, determinado, mas o humano que é constantemente a busca do seu próprio ser no estar no mundo. Esse ser-que-se-faz não é um ser metafórico, não é um ser metafísico, não é um ser subjetivo. É um ser histórico, político.

Como ser finito e contingente, está irremediavelmente só enquanto sujeito, que busca o autoconhecimento, a construção da própria identidade, e irremediavelmente em relação, na medida em que se reconhece como consci-



ência diante da consciência de outro, do não eu. Estamos em grupo, somos comunas, parceiros, irmãos, camaradas, companheiros, estranhos, conhecidos, desconhecidos, vizinhos, solidários, egoístas, que andam lado a lado. Ou, ainda: uma população, que ocupa um determinado território. Uma organização que se constitui sob certas características próprias, sociais, jurídicas, políticas. Sob certas condições. Em um Estado.

Poderíamos compartilhar de nossa irreversível finitude e inquietude fora do âmbito e das amarras do Estado? Não somente poderíamos, como já o fizemos. As organizações primevas eram formadas por povos nômades. E no começo, o que havia eram agrupamentos humanos, dispostos de formas diversas, constituídos politicamente com o reconhecimento de uma autoridade ou de múltiplas autoridades, terrenas ou divinas. Desde a Antiguidade, esse ser finito, materializado em corpo e manifesto em pensamento, conviveu e sucumbiu sob impérios, exércitos, governos constituídos por monarcas, déspotas, aristocratas, parlamentares, senadores, imperadores. O ser humano nunca viveu e sobreviveu só, mas até o século XXI, não aprendeu a viver e a sobreviver sem violentar o outro, sem coagir o outro. O direito de ir e vir, como o mais elevado direito de a pessoa humana estar e ser livremente no mundo, nesse tempo e espaço, de certo modo, sempre esteve, mas ao mesmo nunca esteve tão ameaçado como agora, na contemporaneidade.

2 DO COMPLEXO DO ALEMÃO AO COMPLEXO DE CAPITÃO NASCIMENTO

“Helicópteros e veículos blindados da polícia e das Forças Armadas abriram caminho na manhã deste domingo (28) para a ocupação do conjunto de favelas do Alemão. De acordo com o coronel Mário Sérgio Duarte, por volta das 10h, a polícia já havia chegado ao topo do morro. O comando da PM ordenou que todas as casas da comunidade sejam vasculhadas. Há suspeitas de que os traficantes estejam fazendo alguns moradores de reféns.”



Rio de Janeiro, novembro de 2010. O trecho acima é o começo de uma notícia sobre a ocupação policial no Complexo do Alemão, um conjunto de favelas localizado na zona norte carioca. Indicadores apontam essa como a região mais violenta da cidade e do Brasil. A primeira linha da matéria já indica: o cenário é de guerra, o uso da força se faz necessário. Dentro da legalidade constitucional, como braço de segurança do Estado e, portanto, como instituição que deve representar a sociedade civil, uma operação civil e militar é desencadeada com o objetivo de: opção A: combater a criminalidade e o tráfico de drogas; opção B: proteger a população; opção C: pacificar as regiões favelizadas. Todas as opções são verdadeiras? Existe ainda outra: tornar a cidade maravilhosa segura e exemplar para sediar a Olimpíada de 2016 e a Copa do Mundo de 2014.

O Complexo do Alemão é um microcosmo, que reflete o macrocosmo que é o Estado doente, o Estado ausente, o Estado paciente do transtorno narcisista elitista. Na contramão do que a grande imprensa divulga, como apoio popular à operação policial, deve-se refletir além da ocupação dos pontos conhecidos como zonas de tráfico. Quando a sociedade elogia o uso da força, o combate da violência com o uso da violência, não estamos diante de um Estado democrático de direito. Estamos diante de um Estado à beira do precipício, à deriva da civilização.

O que acontece neste momento no Rio de Janeiro é o que vem acontecendo há muito tempo, e não somente no Rio de Janeiro, mas no Brasil desde os tempos do Brasil-Colônia, do Brasil, cujos nativos indígenas foram invadidos nas terras nativas, e delas expulsos, e nela torturados, e nela escravizados. A lei do mais forte, o uso da força e a implementação de leis, que não necessariamente representam e legitimam a pessoa humana. Falar em direitos humanos é falar em violações cometidas historicamente pelo Estado. O Estado, que deve ser o promotor de uma cultura de direitos humanos, atua, na maioria das vezes, como o realizador (DEBORD) e facilitador (HUGGINS) da violência social, como transgressor (MENKE) e violador (POLLMANN) dos direitos humanos fundamentais e da dignidade humana.



Para Weber (1989), o Estado tem o poder de controle social e de coerção legal. A criação e a organização das comunidades em Estados, compreendendo população, governo e território, vieram no sentido de expressar a organização humana em sua força máxima.

“A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a criação das Nações Unidas representaram uma revolução. As barbáries da Segunda Guerra Mundial deixaram claro a todo mundo que os direitos humanos não podem mais ficar apenas nas mãos de Estados individuais. Pois o Estado é, ao mesmo tempo, garantidor e violador dos direitos. E isso tinha de acabar.” (POLLMANN, 2009, p.70)

Mas não acabou, apesar dos inegáveis avanços, que sempre vieram com a assinatura de Tratados, com o intuito de preservar a paz e a soberania, como foi a Ordem de Westfália, em 1648, o Congresso de Viena, em 1815, com o reconhecimento de estados soberanos, e o Tratado de Versalhes, em 1919. Avanços, mas também retrocessos. Porque o alvorecer do Estado Moderno, que iria catapultar o absolutismo monárquico, veio introduzir uma economia mercantilista e uma política, que passaram a representar os interesses de uma classe, a burguesia.

“Quem diz que os interesses são a única coisa que justifica a existência de nações no mundo deveria explicar antes de tudo qual é a teoria política que está seguindo. Nações não são associações para defender interesses. E democracias não são sociedades anônimas.” (MENCKE, 2009, p.70)

Se fôssemos fazer uma analogia com a construção de um filme, aquele que já se tornou um clássico, a maior bilheteria de todos os tempos no Brasil: Tropa de Elite, de José Padilha. Nas ações policiais de combate ao tráfico, o Estado seria mais do que uma locação, mais do que um cenário, no qual os conflitos humanos acontecem, no qual a sociedade civil escancara suas mazelas e hipocrisias. O Estado seria a personagem invisível, que atua como protagonista ao organizar, controlar e coagir as vidas daqueles que o constituem. Usa a força policial como a forma mais contundente de violência para combater a violência, enquanto efeito, e não a causa das mazelas e das hipocrisias sociais.



Se nações não são agrupamentos formados por interesses comuns, e se democracias não são sociedades anônimas, então, estamos, efetivamente, fora do filme, em um Estado, que ao se olhar no espelho, como Narciso, padece por não saber como amar a si mesmo, porque não sabe amar o outro. Na obra *Sobre a Introdução do Conceito de Narcisismo*, Freud afirma que o narcisismo é constitutivo desde o nascimento, em grau primário (autoerótico, o amor por si mesmo) e secundário (amor ao objeto, ao outro).

Atribuir ao Capitão Nascimento o heroísmo da tomada de decisões, projetar nele as ações, que poderão acabar com a miséria, terminar com o tráfico, desmantelar o crime organizado, equivale a acionar o mecanismo subconsciente, que delega ao outro um superpoder, que sabe não ser possível haver, posto que somos todos humanos, finitos e falíveis. Mas amar a si demais, o que é o mesmo que amar ao outro de menos, ou não amar a si mesmo, torna a dor menos profunda de se olhar no espelho d'água e não tentar se afogar. Responsabilizar o outro pelo uso da força é consentir e, portanto, delegar ao elitismo – a força social de narcisismo – as ações violentas, que justificariam, até mesmo, golpes de Estado, torturas, uso da força.

3 DA TROPA DE ELITE AO EXÉRCITO DA MASSA

“Agora é a hora da paciência de verificar casa por casa, beco por beco. Nós temos todas as suspeitas do mundo que há muita gente aí daqueles que fugiram (da Vila Cruzeiro). Eles, até o momento, não enfrentaram (a polícia). Preferiram fugir, o que não significa que não estão preparando uma armadilha para as nossas equipes. O trabalho mais difícil vem agora”, disse o coronel Mário Sérgio Duarte. “Nós vencemos. Trouxemos liberdade para o povo do Alemão”.

Se nos fixarmos em apenas duas afirmações deste trecho da notícia: “O trabalho mais difícil vem agora” e “Nós vencemos. Trouxemos liberdade para o povo do Alemão”, teremos aqui mais um sinal do Estado terminal. O Estado, que deveria garantir o direito de ir e vir aos seus cidadãos; que deveria propiciar cidadania a sua população é, na verdade, o Estado do medo. O Estado deveria



ser uma arena neutra (DAHL) na mediação e resolução de conflitos. É possível pensar em um Estado neutro que não seja apenas uma abstração ou idealização? No plano da realidade política, o que se percebe é que nunca o Estado foi uma arena neutra, mas que pode se tornar uma arena neutra se for conveniente a políticas econômicas liberais e neoliberais.

“Quando se olha para o ano de 1789, para a Revolução Francesa, percebe-se que os direitos humanos tinham um horizonte cosmopolita, que eles deveriam valer para todos, para a humanidade inteira. A Internacional proclamava: lutai pelo direito humano! Levai os direitos humanos adiante!” (MENCCKE, 2009, p.71)

Na verdade, esse horizonte cosmopolita ou era uma utopia ou era a ameaça à consolidação da ascensão da burguesia. Na Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776), todos os homens são criados iguais e dotados de direitos inalienáveis como a vida, a liberdade e a procura da felicidade. E os governos são instituídos com a finalidade de assegurar esses direitos, das liberdades civis. Do mesmo modo, na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), a liberdade é garantida como um direito natural e imprescritível do homem, assim como a propriedade, a segurança, a resistência à opressão, sob os limites da lei. Em ambas as declarações, fica claro que a liberdade não é um ato de livre arbítrio, mas uma liberdade política formal.

Quando se trata da igualdade de direitos, tal igualdade refere-se a todos terem os mesmos direitos, enquanto igualdade civil formal. Não se trata de uma igualdade no campo social. Como já observara Rousseau, na obra “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens”, é na instituição da propriedade privada que se assenta a origem das desigualdades sociais. Em “O Contrato Social”, Rousseau procura garantir a liberdade e a igualdade na convivência social. Para ele, a propriedade é um direito de todos e não deve ser alvo de riqueza, poder e dominação. Para Marx, o Estado não é e nunca poderá ser uma arena neutra, pois utiliza-se da coerção para defender um interesse que não é coletivo, mas de uma classe. É o que ele afirma em *O Manifesto Comunista*:



“O poder executor do Estado moderno não é senão um comitê para gerir os assuntos comuns de toda burguesia”. (MARX/ENGELS, 1999, p.10)

O Estado moderno assegura a desigualdade social ao garantir a instituição e a manutenção da propriedade privada, como fonte de acumulação e poder, a propriedade dos meios de produção e a exploração da força de trabalho. Os cada vez mais graves conflitos sociais, as cada vez maiores ondas de violência, são os sintomas de um Estado, que sustenta uma elite concentradora de poder e de acumulação. O exército das massas excluídas e oprimidas pelo Estado de controle, pelo Estado policial como garantidor da ordem, é um exército de excluídos de seus direitos sociais. O Estado garante o direito dos que possuem e promete garantir os direitos aos que não os possuem. Essas “garantias” são forjadas por meio de políticas assistencialistas, tuteladoras, não emancipadoras, e por iniciativas com o uso do aparato policial como expressão máxima de sua força, de seu complexo de Narciso elitista em grau mais elevado, a tropa de elite.

4 DO GABINETE DE CRISE À CRISE DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

“Dez pessoas permanecem detidas em um ônibus da PM na esquina da Estrada do Itararé com a Rua Joaquim Queiroz, um dos acessos ao Morro da Grota. Um deles já tinha mandado de prisão por homicídio. Segundo o subchefe de Polícia Civil, Rodrigo Oliveira, duas toneladas de maconha já foram apreendidas. A polícia já apreendeu também material de endolação de droga, além de fuzis, granadas e uma faca. Logo após o início da ação, a Polícia Civil já havia tomado uma área central do Complexo do Alemão, conhecida como Areal, e outra área conhecida como Coqueiro. A informação foi confirmada pelo chefe da Polícia Civil, Allan Turnowski. “Entramos por quatro pontos do complexo. O Alemão está cercado e outras tropas penetram por outras áreas”.

Assim como o Complexo do Alemão está cercado, também o Estado está sob cerco. Para Poulantzas, o Estado existe para proteger a desigualdade de classes. Uma elite concentra seu poder, que é avalizado pelo Estado, em uma relação sempre conflitiva entre classes com interesses divergentes. Ao invés de proporcionar



a aclamada igualdade de direitos e salvaguardar a intrínseca liberdade, o Estado termina por institucionalizar a dominação e o privilégio de uma classe sobre outra. Os textos constitucionais são, de fato, conquistas democráticas e representativas e, em muitas situações, vêm efetivar transformações sociais importantes no campo dos direitos humanos, dos direitos civis, econômicos e sociais. Mas esses textos são, e não poderiam ser diferentes, visões, que reafirmam os interesses dos grupos ou classes, que exercem maior poder e influência, como foram antigamente, em maior escala, setores da Igreja, interesses da monarquia e da nobreza e, na modernidade, a burguesia. Está assim escrito na abertura de *O Manifesto Comunista*:

“A história de toda a sociedade até hoje é a história de luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, burguês de corporação e oficial, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante antagonismo entre si... A nossa época, a época da burguesia, distingue-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. Toda a sociedade está a cindir-se, cada vez mais, com dois grandes campos hostis, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado” (MARX-ENGELS, 1999, p.07)

O Estado, ao invés de possibilitar o florescimento das liberdades em um campo de iguais, protagoniza e agoniza em um gabinete de crise, erigido sobre poderes constitucionalmente constituídos, mas não representativos das liberdades e dos iguais. Babeuf já antevia, em sua ferrenha defesa dos direitos humanos, em 1796, quando lançou o Manifesto dos Iguais, no qual critica o liberalismo burguês. As legislações criadas sob a égide do liberalismo são, para ele, “bela e estéril ficção da lei”. O Estado, enquanto poder absoluto e autoridade arbitrária, nunca irá garantir, de fato, os direitos sociais. A igualdade, para deixar de ser formal e passar a ser real, deve garantir a todos que desfrutem coletivamente, o que vale para a alimentação, a educação, a moradia, os direitos sociais. Não pode haver a distinção entre as classes, porquanto havendo ricos e pobres, opressores e oprimidos, o Estado continuará e se fortalecerá como o gabinete, no qual as crises ocorrem e recorrem. A desigualdade alimenta o Estado, em vez de o Estado terminar com a desigualdade.



Enquanto, como relata a notícia, as tropas policiais avançam e penetram por outras áreas, paira a pergunta: e o Estado avança e penetra em todas as áreas sociais de modo a garantir o estado democrático de direito? O Estado avança e penetra em todas as áreas mais fundamentais para garantir uma vida digna, a plenitude no exercício da cidadania? Mészáros identifica na lógica do capital a reprodução de uma lógica autoritária, que possui uma forma de ser própria e perversa, com determinações irreformáveis, como, por exemplo, o fetichismo e a reificação da mercadoria. Há uma inevitável deficiência do próprio sistema do capital para dar conta das necessidades de todos. As relações, que se estabelecem, são relações de poder e dominação, nas quais o sistema se reproduz, com maior ou menor brutalidade e violência. Mas sempre com brutalidade e violência, posto que não há a igualdade; no capitalismo, há sempre uma população excluída. Flickinger também aponta para os (des)caminhos da sociedade liberal:

“Pois é nessa complementaridade que se mostra a contradição inerente a essa sociedade, já que ela se alimenta da convicção orgulhosa de que todos os seus membros dispõem do mais amplo espaço possível para seguir livremente seus interesses, ao mesmo tempo que se entrega à perversão de uma (ir)racionalidade econômica, cuja dinâmica tende a submeter as mesmas pessoas ditas “livres” ao domínio do cálculo quantificador.” (FLICKINGER, 2003, p.08)

O ideal liberal se concretiza em uma sociedade, cujos indivíduos constituem seus espaços para apropriar-se do direito à propriedade privada, por exemplo, mediante um contrato civil, que estabelece um consenso. Entretanto, mesmo diante de um consenso contratual, a instituição da propriedade privada é, ainda hoje, o “tendão de Aquiles”. Na chamada “nova desordem mundial”, Bauman alerta para a divisão entre Estado e economia, mas de uma forma altamente sofisticada: o capital não tem domicílio fixo, os controles financeiros estão além dos governos nacionais, os controles dos Estados nacionais perdem terreno para as forças e conglomerados transnacionais. O mercado não é um conceito ou abstração, mas a mão invisível, que guia as ações do Estado:



“O significado de ‘Estado’ foi precisamente o de um agente que reivindicava o direito legítimo de e se gabava dos recursos suficientes para estabelecer e impor as regras e normas que ditavam o rumo dos negócios num certo território: regras e normas que, esperava-se, transformassem a contingência em determinação, a ambivalência em clareza, o acaso em regularidade – em suma, a floresta primeva em um jardim cuidadosamente planejado, o caos em ordem.” (BAUMAN, 1999, p.68)

Esse caos em ordem é a forma como vários chefes de Estado vêm administrando conflitos. Ações xenofóbicas, políticas anti-imigração, recrudescimento de conservadorismo político, aliados a práticas econômicas neoliberais: eis a soma perfeita de ingredientes, que caracterizam os Estados na contemporaneidade como em estado de xeque. O capital circula livremente, com vida própria, as transações financeiras especulativas continuam a enriquecer elites e a promover uma cratera abissal de um exército de excluídos. As ações repressivas tomam corpo, as leis feitas não traduzem as relações de justiça possível – embora fosse esse o “espírito” das leis proposto por Montesquieu:

“Dizer que não há nada de justo nem de injusto senão o que as leis positivas ordenam ou proíbem é dizer que, antes de ser traçado o círculo, todos os seus raios não eram iguais.” (MONTESQUIEU, 1995, p.116)

O Estado passa, hoje, por um “strip-tease”, nas palavras de Bauman. Os governos nacionais não têm soberania de fato, pois estão, a todo o momento, administrando situações que, em última instância, avalizam uma economia excludente, uma sociedade estratificada, com políticas repressivas e sem projetos concretos de transformar essa situação. Os Estados se enfraquecem, enquanto se fortalece o mercado transnacional liberalizante. Bauman é incisivo ao criticar a atual estrutura dos Estados, que, para ele, se configuram mais como distritos policiais, que salvaguardam essa nova (des)ordem mundial:

“Quase-Estados, Estados fracos podem ser facilmente reduzidos ao (útil) papel de distritos policiais locais que garantem o nível médio de ordem necessário para a realização de negócios, mas não precisam ser temidos como freios efetivos à liberdade das empresas globais.” (BAUMAN, 1999, p.76)



5 DA PACIFICAÇÃO À PAZ, A POLÍCIA ESTÁ CHEGANDO

“De acordo com o delegado Marcus Vinicius, que trabalha no gabinete de crise montado pela polícia e foi um dos primeiros a chegar ao alto da favela, a população deve evitar sair ou entrar da favela. Ele ressaltou o apoio que as equipes estão recebendo dos moradores. “A ajuda é impressionante. Eles oferecem água e se mostram felizes com a nossa presença. Mas, por enquanto, é melhor não saírem de casa”. Apesar do risco de tiroteios, moradores acompanham a invasão pela janela das casas. O chefe da Polícia Civil, Allan Turnowski, pediu calma aos moradores do Alemão. “É para ter calma que a Polícia Civil tem muita experiência nesse tipo de ação. A gente consegue diferenciar o bandido do morador. É ter calma, a polícia está chegando”, afirmou.

Na declaração acima, o policial faz recomendações e informa que do alto de sua experiência, a polícia distingue o bandido do não bandido. As operações, envolvendo as polícias civil e militar, com o envolvimento dos governos municipal ao federal, estão sendo acompanhadas, em tempo real, pelos meios de comunicação. Também esses meios divulgam manifestações de apoio da população a essas ocupações. A sociedade do espetáculo acompanha pelas redes sociais, a qualquer momento nos plantões de notícias, as novidades com relação à guerra ao tráfico.

A capital do carnaval e do futebol, a capital das praias mais maravilhosas, é, também, o símbolo da violência e da favelização, dos flagrantes contrastes sociais entre os que têm e os que não têm. A força se faz necessária, onde a educação falhou. O governo considera um grande feito a instalação de Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), o que teria provocado a saída de chefes do tráfico de favelas, onde esse tipo de policiamento foi instaurado. A força policial de elite, o BOPE, é acionada como referência para os que imaginam ser esse tipo de iniciativa exitosa no combate e – por que não? – no desmantelamento dessa rede de criminalidade. Nem mesmo no filme *Tropa de Elite*, isso configurou-se possível. Porque quando se fala no Estado em xeque, se fala sobre as condições estruturais, que sustentam ou que não mais sustentam a ação estatal. O Estado republicano, o Estado democrático, o Estado estão em crise.

Os policiais armados, assim como os traficantes armados, e assim como as milícias armadas, têm manancial bélico, que pode matar. E mata. Os governos e as



polícias operam pela pacificação. Quem opera pela paz? Vivemos uma guerra urbana, e já faz muito tempo, mas, neste mês, as ações se tornaram espetaculosas e midiáticas, então, ganharam destaque nacional e internacional. Não esqueçamos, novamente, de referir que as Olimpíadas e a Copa do Mundo deverão acontecer no Brasil, e no Rio de Janeiro em particular. Eventos esses que não podem ser ingenuamente vistos apenas pelo valor esportivo, mas, sobretudo, pelo valor econômico. Não sejamos ingênuos, como Cândido, em procurar o melhor dos mundos na pior das condições.

“O que a equação “pobreza e fome” esconde são muitos outros aspectos complexos da pobreza – horríveis condições de vida e moradia, doença, analfabetismo, agressão, famílias destruídas, enfraquecimento dos laços sociais, ausência de futuro e de produtividade, aflições que não podem ser curadas com biscoitos superprotéticos e leite em pó”. (BAUMAN, 1999, p.81)

Quando as forças policiais se tornam as responsáveis pela “reconquista do território”, cabe perguntar para quem antes esse território havia sido perdido. Uma população que sente medo do e no lugar que habita, que não se sente segura no e do mundo em que vive, é uma população sensível, certamente, a qualquer iniciativa que sinalize mudança para melhor. Mas que não se cultive a ilusão de que as forças da incorrigível lógica do sistema capitalista tenham sido abatidas pelos fuzis, helicópteros e ocupações estratégicas. Não se pacifica por vontade ou por decreto. Não se pacifica por ocupação ou por apontar e portar armas. A ausência da força seria o maior sinal de pacificação. O Estado recorre à força como uma medida extrema, como uma estratégia midiática, como forma de controle para aparentar que detém o controle. Mas o verdadeiro controle está na sociedade de controle, no sistema imperial, no capital transnacional.

Podemos e devemos acreditar que a paz não é utopia, mas uma possibilidade concreta. A educação tem um papel fundamental, sempre, seja para atuar como uma educação institucionalizada, que reproduz um quadro de valores próprios do sistema capitalista, seja para liderar um processo de transformação radical diante desse quadro. Uma educação emancipadora, libertária, que desperta a consciência crítica, dialógica, que propulsiona ações coletivas, o pleno



exercício da liberdade civil, política. A população não deve ser coadjuvante nesse processo, mas autora da sua própria transformação.

Aos olhos dos espectadores, a guerra urbana parece ser um conjunto de imagens à semelhança de filmes de ficção. Aos olhos de quem vê de perto a guerra urbana, não importa saber agora se o Estado está em xeque. Importa que não mate os seus conhecidos. E preocupa por demais, no campo dos direitos humanos, as declarações, que compactuariam com execuções sumárias dos considerados bandidos (posto que, como dito anteriormente, a polícia sabe distinguir o bandido do vizinho).

Essas manifestações devem merecer toda a atenção, pois elas retratam as “formidáveis prisões” referidas por Mészáros. Sob o impacto escravizador da consciência colonial, formam-se indivíduos, que internalizam uma ordem social alienante. Internalizam e naturalizam a violência, a opressão, a exploração. Muitos formam-se como profissionais, com base na meritocracia, na tecnocracia e no empreendedorismo, mas não têm uma formação humana emancipadora. A educação institucionalizada serve ao Estado reprodutor e a um sistema, que perpetua a opressão, tutela a coletividade, restringe a liberdade mesmo que sob o papel carbono da democracia; e que aprofunda a desigualdade de uma elite, que se autoprotege de uma favelização, que fica à margem e sob o poder paralelo – maior prova do estado terminal do Estado democrático de direito – e de uma burguesia, que oscila entre subir e descer os morros, conforme as oscilações do capital global.

“Todo o processo de educar deveria ser feito sob todos os aspectos, do começo até um fim sempre em aberto, de modo a transformar a “formidável prisão” num lugar de emancipação e de realização.” (MÉSZÁROS, 2007, p.207)

6 DA ANOMIA À ANARQUIA

“Dois helicópteros da polícia sobrevoam o complexo, dando apoio aos homens que estão em terra. “Um helicóptero é de combate e um segundo filma as ações, apontando onde os traficantes estão escondidos. A maioria já se abrigou dentro das casas”, afirmou o chefe de Polícia Civil. Policiais estão em pontos estratégicos da favela



e da cidade para evitar a fuga de traficantes. Enquanto homens da Polícia Civil entraram no Complexo do Alemão, soldados do Batalhão de Operações Especiais (Bope) aguardaram do lado de fora para invadir o local em veículos blindados da Marinha, pilotados por Fuzileiros Navais, o que aconteceu por volta de 8h30m. Alguns soldados estão com o rosto pintado. Entre homens do Bope há atiradores de elite. Uma van atravessada em uma das ruas de acesso a Grota impediu a entrada de um destes blindados da Marinha. Policiais tiveram que arrastar o veículo para permitir o acesso das tropas. “A nossa ordem é manter a técnica. Faremos a invasão com cuidado, proteção e cautela. Nossa missão tem que ser executada. O trabalho é difícil”, disse o comandante do Bope, coronel Paulo Henrique Moraes.”

Está em xeque, na contemporaneidade, o Estado-mercado. É o Estado-mercado que invadiu os domicílios da população, sem qualquer cuidado, proteção e cautela. É o Estado-mercado que invade as casas, a todo o momento, com ofertas de produtos de consumo, objetos de desejo, absolutamente supérfluos, que se transformam em necessidades. É o Estado-mercado que pinta o próprio rosto para não ser reconhecido como tal. Lembremos que, como Narciso, não pode ele se olhar no espelho d’água para não afogar-se. Manifesta-se no elitismo, segundo o qual convivem em um território cada vez mais demarcado e segregado os que têm, os que nada têm, os que querem ter sempre e mais.

O capital se autoexpande, mas movimenta-se em círculos autofágicos. Entra em crises cíclicas, das quais sai fortalecido por contar com as forças de opressão. À autoexpansão capitalista Mészáros propõe a autoeducação de iguais. Ao Estado, que vivencia profunda crise estrutural, com base em seu núcleo, o capital, Mészáros propõe a autogestão da ordem social reprodutiva. Mas quando falamos em autogestão, estamos, necessariamente, passando a questionar a necessidade da existência e da permanência do Estado.

Para o Anarquismo, o Estado é a institucionalização da dominação e dos privilégios de uma classe sobre outra. É uma força opressiva, que usa desse poder em benefício de uma classe. Os anarquistas radicalizam na base que, paradoxalmente também, norteia o capitalismo: a liberdade. Mas por liberdade, têm um entendimento absolutamente peculiar. A liberdade para o Anarquismo é a ausência de autoridade. É



comum pensar o Anarquismo como a teoria da desordem, já que anarquia significa o caos. Anarquia não é anomia. Para os anarquistas, os governos são fonte de desordem, a realidade estatal leva ao poder corruptor e cooptador. Em contraposição a essa forma de governo e de Estado, o Anarquismo propõe uma revolução social, feita pelos grupos humanos, que são naturalmente capazes de se auto-organizar.

Existem várias correntes anarquistas. Enquanto algumas acentuam o caráter individual, subjetivo, outras propõem ações solidárias, coletivas como propulsoras de efetivas reformas sociais. Mas todas as tendências convergem no mesmo ponto: a liberdade dos sujeitos deve ser sempre respeitada. Não há igualdade sem respeito pelo outro, não há liberdade se há opressão do direito de cada um. O socialismo libertário propõe a ação direta, sem interferência do Estado, porque prescinde da existência do mesmo.

Para Kropotkin e seu anarcocomunismo, a solidariedade é a maior força de ação humana, o que o Estado nunca proporcionará. O Estado não prepara e não aceita homens livres; mas procura domesticá-los sob convenções e normas, que estão sempre pendendo para uma classe, um interesse em detrimento de outro, notadamente da maioria, que é excluída no jogo dos interesses individuais.

Stirner defende a autoafirmação do sujeito, sem a qual não há sociedade, posto que, para ele, a sociedade é o conjunto das realidades individuais. Nenhum sujeito pode ser obrigado a aceitar ordens que não são justas. Em sua forma mais radical, como o Socialismo revolucionário de Bakunin, a propriedade privada, emblema da sociedade capitalista, do Estado-mercado, deve ser coletivizada, bem como a organização social deve se constituir por comunas autogeridas, por meio de democracia direta, consensual.

7 CONCLUSÕES QUE NUNCA TERMINAM

“O titular da Delegacia de Combate às Drogas (Dcod), delegado Marcus Vinicius, um dos primeiros agentes a entrar no Complexo do Alemão, disse que houve pouca resistência de traficantes durante a tomada pela Polícia do território. “O ambiente está tranquilo. Preocupantemente tranquilo demais”, comentou. Ele recomenda que



moradores do complexo não tentem voltar a suas casas até o final da operação, e que a população das favelas tem apoiado a ação. Ainda de acordo com o policial civil, os agentes estão preparados para reagir a qualquer resistência de pessoas que sejam abordadas no local.”

Deparamos com fotografias, que ganham as manchetes e as capas dos principais jornais do Brasil, e em outros países, e alimentam a *web* a cada instante, com vídeos, reportagens e toda a sorte de cobertura em tempo real. Chama a atenção a foto, na qual um policial posa ao lado da bandeira do Brasil cravada no Complexo do Alemão. “Ordem e Progresso” sopra ao vento em um cenário povoado por centenas de favelas, que abrigam meio milhão de pessoas. A tomada do Rio significa êxito na operação? Significa êxito do Estado?

Expressiva parcela da população aplaude a ação. O que significam esses aplausos? O policial disse que sabe distinguir o bandido do vizinho. Penso que o Complexo do Alemão é muito complexo. Quem é o Alemão que habita o Complexo? O bandido ou o vizinho? Os dois? Quando o bandido deixou de ser vizinho, e quando o vizinho passou a ser bandido? E onde estão as tomadas e as operações estratégicas em complexos residenciais, condominiais de luxo, onde estão cravadas as bandeiras do símbolo maior de uma nação, que almeja ordem na desordem e progresso com base no neoliberalismo, que alimenta a profusão da favelização e abastece a criminalidade, cujas fronteiras estão além, muito além do Complexo do Alemão?

O filme *Tropa de Elite* ainda não terminou. A operação da Tropa de Elite parece que apenas começou. O governo do Estado do Rio de Janeiro comemora o sucesso da operação. Nossa reflexão, longe de ensejar o fracasso do que quer que seja, aponta para um horizonte que é complexo, muito complexo. E nesse cenário parece que poucos querem realmente mexer. Significa a cada um dar sua própria cota de doação pelo coletivo. Significa não aceitar passivamente representações carismáticas ou messiânicas, que efetivamente não representam os interesses da coletividade, mas a manutenção de grupos no poder político e econômico. Quando aplaudimos o uso da força para pacificar, devemos pensar que a paz está sob ameaça de uma arma. A quem creditar a autoria de tanta miséria, a escalada da violência que não é, apenas, uma onda, mas um oceano?



Não é um filme, não é ficção, portanto não há quem queira assinar esse roteiro, assinar a direção, registrar as imagens e os depoimentos dos bandidos e dos vizinhos.

Por falar em filme, o multioscarizado “A vida é bela”, de e com Roberto Benigni, é um tocante drama sobre a Segunda Guerra e o Holocausto. Embora, de fato, os aliados tenham tido papel decisivo na derrocada do nazismo, a cena final, na qual um soldado norte-americano, com bandeira de seu país, chega como salvador da pátria, é, para mim, o emblema de que aquele não era o fim do filme, mas da cena. Do mesmo modo, vejo assim o policial, que ostenta a bandeira do Brasil no meio do caldeirão da miséria. Não há ordem, não há progresso. O caos está instalado no Estado-mercado.

Na perspectiva emancipatória dos direitos humanos, educar as pessoas, enquanto corpo e pensamento neste espaço e tempo, é possibilitar uma visão reflexiva e crítica diante do que acontece, diante do que se vê, ouve, diz e faz. Direitos humanos têm em sua gênese uma dinâmica revolucionária, que almeja a paz, por meio do esclarecimento, da compreensão, e da ação.

“Na minha opinião, devemos ser em primeiro lugar homens, e só então súditos. Não é desejável cultivar o respeito às leis no mesmo nível do respeito aos direitos. A única obrigação que tenho direito de assumir é fazer a qualquer momento aquilo que julgo certo. Costuma-se dizer, e com toda a razão, que uma corporação não tem consciência; mas uma corporação de homens conscienciosos é uma corporação com consciência. A lei nunca fez os homens sequer um pouco mais justos; e o respeito reverente pela lei tem levado até mesmo os bem-intencionados a agir quotidianamente como mensageiros da injustiça. Um resultado comum e natural de um respeito indevido pela lei é a visão de uma coluna de soldados - coronel, capitão, cabos, combatentes e outros - marchando para a guerra numa ordem impecável, cruzando morros e vales, contra a sua vontade, e como sempre contra o seu senso comum e a sua consciência; por isso essa marcha é muito pesada e faz o coração bater forte. Eles sabem perfeitamente que estão envolvidos numa iniciativa maldita; eles têm tendências pacíficas. O que são eles, então? Chegarão a ser homens? Ou pequenos fortes e paióis móveis, a serviço de algum inescrupuloso detentor do poder? É só visitar o Estaleiro Naval e contemplar um fuzileiro: eis aí o tipo de homem que um governo norte-americano



*é capaz de fabricar - ou transformar com a sua magia negra -, uma sombra pálida, uma vaga recordação da condição humana, um cadáver de pé e vivo que, no entanto, se poderia considerar enterrado sob armas com acompanhamento fúnebre, embora possa acontecer que Não se ouviu um rufar nem sequer um toque de silêncio enquanto à muralha o seu corpo levamos nenhum soldado disparou uma salva de adeus sobre o túmulo onde jaz o herói que enterramos. Desta forma, a massa de homens serve ao Estado não na sua qualidade de homens, mas sim como máquinas, entregando os seus corpos. Eles são o exército permanente, a milícia, os carcereiros, os polícias, posse comitatus, e assim por diante. Na maior parte dos casos, não há qualquer livre exercício de escolha ou de avaliação moral; ao contrário, estes homens nivelam-se à madeira, à terra e às pedras; e é bem possível que se consigam fabricar bonecos de madeira com o mesmo valor de homens desse tipo. Não são mais respeitáveis do que um espantalho ou um monte de terra. Valem tanto quanto cavalos e cachorros. No entanto, é comum que homens assim sejam apreciados como bons cidadãos. Há outros, como a maioria dos legisladores, políticos, advogados, funcionários e dirigentes, que servem ao Estado principalmente com a cabeça, e é bem provável que eles sirvam tanto ao Diabo quanto a Deus - sem intenção -, pois raramente se dispõem a fazer distinções morais. Há um número bastante reduzido que serve ao Estado também com a sua consciência; são os heróis, patriotas, mártires, reformadores e homens, que acabam por isso necessariamente resistindo, mais do que servindo; e o Estado trata-os geralmente como inimigos. Um homem sábio só será de fato útil como homem, e não se sujeitará à condição de “barro” a ser moldado para “tapar um buraco e cortar o vento”; ele preferirá deixar esse papel, na pior das hipóteses, para as suas cinzas.” (THOREAU, *A Desobediência Civil*. 2011, p.11-14)*

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. **História do pensamento político: da cidade-estado ao apogeu do estado-nação monárquico**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982.

_____. **História do pensamento político: o declínio do estado-nação monárquico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1983.



COELHO, Plínio Augusto (Tradutor). **História do anarquismo**. São Paulo: Editora Imaginária, 2008.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1997.

FLICKINGER, Hans-Georg. **Em nome da liberdade: elementos da crítica do liberalismo contemporâneo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

KESSELRING, Thomas. **Ética, política e desenvolvimento humano: a justiça na era da globalização**. Caxias do Sul: EDUCS, 2007.

MACKENZIE, Norman. **Breve história do socialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MÉSZAROS, Istvan. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico. O socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. Rio de Janeiro: Graal Ltda., 1981.

RUSSEL, Bertrand. **Caminhos para a liberdade: socialismo, anarquismo e sindicalismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

THOUREAU, Henry David. **A Desobediência Civil**. Disponível em: www.culturabrasil.pro.br/desobedienciacivil.html

TOUCHARD, Jean. **História das ideias políticas**. V. 4. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970.

_____. **História das ideias políticas**. V. 6. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.

VARES, Luiz Pilla. **O anarquismo: promessa de liberdade**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1988.

WEBER, Max. A política como vocação. In: _____. **Ensaio de Sociologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, p. 97-153.

